

O DISCURSO E O PROFESSOR DE PORTUGUÊS

Aloisio de Medeiros Dantas
Universidade Federal da Paraíba

Resumo: Muito se tem falado sobre o que vem a ser discurso, desde a sua fonte filológica até a abordagem de teorias filosóficas a seu respeito, entretanto a questão continua, e ninguém a responde satisfatoriamente, o que é discurso? Neste nosso trabalho de pequenas proporções, não pretendemos respondê-la, mas apenas discutir propostas, não necessariamente de sua definição. Acreditamos que, ao professor de português, para quem endereçamos esse estudo, seja bem mais proveitoso responder à seguinte questão: podemos estudar o discurso numa aula de português? Conversando constantemente com professores e futuros professores, temos lhes perguntado o que é que se ensina em português e escuto respostas de diferente natureza: em português se ensina gramática e redação; ensinam-se regras de gramática; ensina-se a falar melhor e escrever bem; ensina-se a língua que a gente fala. Essas respostas vêm acompanhadas, incondicionalmente, da crítica aos cursos de Letras, que apenas oferecem aos alunos teorias novas, mas não lhes oferece o instrumental de que eles necessitam para enfrentar aqueles que querem escrever, “conforme a gramática.”

Palavras-chave: discurso. linguagem. análise de discurso

Abstract: In the discussion of language, the term discourse is unnecessarily complex. The chief difficulty is the relation among the Portuguese teacher and discourse use. Two things may be observed: the superficial knowledge of classrooms and inquiry of discourse analysis.

Key words: discourse. language. discourse analysis

De repente, nas escolas brasileiras, surgiu a preocupação de que um bom ensino de língua portuguesa deveria passar por uma metodologia que envolvesse o estudo de texto, não como pretexto para lições de gramática, mas em sua própria natureza, o que traria contribuições para o ensino da escrita e da leitura. Não discordamos dessa posição, apenas vemos com desconfiança as diferentes concepções de texto que invadiram o ensino, quando não a falta de concepção. Temos como objetivo analisar essas concepções e suas conseqüências para o ensino de português, numa pesquisa de revisão teórica. Defendemos que, muito mais do que apreço ao trabalho com textos, devemos primeiro refletir sobre que concepção de texto devemos trazer para a escola e, conseqüentemente, pensar uma maneira de estudar o texto na escola.

Muito se tem falado sobre o que vem a ser discurso, desde a sua fonte filológica até a abordagem de teorias filosóficas a seu respeito, entretanto a questão continua, e ninguém a responde satisfatoriamente, o que é discurso? Neste nosso trabalho de pequenas proporções, não pretendemos respondê-la, mas apenas discutir propostas, não necessariamente de sua definição.

Sírio Possenti afirma que o discurso é “um efeito de sentido, uma posição, uma ideologia – que se materializa através da língua (...) o discurso se constitui pelo trabalho *com* e *sobre* os recursos de expressão, que produzem determinados efeitos de sentido em correlação com condições de produção específicas” (POSSENTI: 1988, p. 160).

Há muitos caminhos de onde se pode conceituar o discurso, até porque é do lugar de onde falamos que nos constituímos como sujeitos, detentores de querer, de saber e de poder dizer; dentre as diferentes possibilidades de conceituar o discurso, escolhemos três construtos teóricos para dizer e falar sobre o discurso: o discurso como ação, o discurso como efeitos de sentido e o discurso como acontecimento. A escolha dessas três rotas não é motivada apenas por uma sistematização teórica, mas também, e principalmente, porque são conceitos que se aproximam da prática de discurso na sala de aula. Neste espaço de dizer, os seus sujeitos (professores) realizam fazeres lingüísticos, com certos efeitos de sentido e imagens, que se transformam num acontecimento sempre diferente e diverso, que todos denominamos de aula. Nesse sentido, o professor precisa entender que o que ele realiza numa sala, com os alunos, é um acontecimento discursivo atravessado por diferentes atos de fala e múltiplos efeitos de sentido, o que nos leva a propor uma compreensão do discurso sob essas três óticas.

a) O discurso como ação.

A denominada *teoria dos atos de fala* teve sua origem com as reflexões sobre linguagem do filósofo John L. Austin. A principal consequência desses estudos foi trazer uma nova concepção de linguagem, que “consiste no fato de a análise da sentença dar lugar à análise do ato de fala, do uso da linguagem em um determinado contexto, com uma determinada finalidade e de acordo com certas normas e convenções”(SOUZA FILHO: 1990). Essa nova maneira de ver a linguagem de alguma maneira resolve a relação linguagem-mundo, já que esta deixa de ser entendida como uma relação direta e envolve o contexto para intermediar a lacuna entre o que se diz e o que se quer dizer. Pela exigüidade e o caráter introdutório deste trabalho, adotaremos a leitura que Paulo Ottoni apresenta da teoria dos atos de fala, por nos parecer aquela que mais se aproxima de uma concepção de discurso como ação. O autor em questão defende que “uma visão performativa da linguagem” fortalece o estudo da linguagem ordinária (que preferimos chamar de linguagem do dia-a-dia). Ora, o que é que o professor de português faz em sala de aula senão usar uma linguagem do dia-a-dia para se aproximar dos seus alunos, de assim *fazer* sua aula mais agradável e eficiente. Segundo OTTONI (1998), a linguagem é performativa e não descritiva, porque, mesmo quando se diz *eu sei*, não se está descrevendo uma ação, mas há circunstâncias nas quais estamos praticando uma ação. Há duas condições para se ter uma visão performativa da linguagem: eliminar as fronteiras entre o eu e o não-eu, entre o sujeito e o objeto, ou seja, o sujeito não pode se desvincular de seu objeto fala, não é possível analisar a fala (ou, nestas condições, o discurso) separada do sujeito que fala, essa primeira condição afirma que a ação de dizer já é dizer; a segunda condição é o abandono da distinção performativo-constativo: em termos de linguagem, não deve existir uma separação entre a descrição do objeto (afirmar) e a ação com o objeto (pedir, ordenar, prometer etc.), todo uso lingüístico, inclusive a afirmação constativa, já é uma ação. Essa

realização performativa da linguagem depende de algumas condições de felicidade para que seja realizada a ação pretendida, por sua vez as “infelicidades” mais específicas do performativo são: a) a nulidade (ou sem efeito) quando o autor não está em posição de efetuar tal ato, quando não consegue, formulando seu enunciado, completar o ato pretendido; b) o abuso da fórmula (falta de sinceridade) quando se diz *eu prometo*, por exemplo, sem ter a intenção de realizar a ação prometida; c) a quebra de compromisso quando se diz *eu te desejo boas-vindas*, por exemplo, tratando no entanto o indivíduo como estranho. Austin desdobra essa noção de performatividade nos conceitos de *ato de fala* e *ilocucionário*. O ato de fala divide-se em locucionário, ilocucionário e perlocucionário. O ato locucionário refere-se à produção dos sons e à articulação sintático-semântica do significado tradicional; o ato ilocucionário é o ato de realização de uma ação através de um enunciado: o ato de promessa pode ser realizado por um enunciado que se inicie por *eu prometo* ou por outra realização lingüística; e, por fim, um ato perlocucionário, que é o ato que produz efeito sobre o interlocutor. Segundo Austin, a ação é uma atitude independente de uma forma lingüística, enquanto o performativo é o próprio ato de realização da fala-ação. O performativo se realiza no discurso por diferentes modos: verbo em primeira pessoa, no presente do indicativo, voz ativa, início de enunciado (*Eu te prometo que...*); verbo na voz passiva, segunda ou terceira pessoa do presente do indicativo (*Os passageiros estão convidados a sair*), ou através de formas indiretas (*Feche a porta*, imperativo que significa pedido). A partir dessa concepção sobre a linguagem (e conseqüentemente sobre o discurso), não podemos mais dividi-la em blocos, em que uma porção servisse para descrever e afirmar/negar o mundo e outra porção que tivesse a utilidade de sustentar as ações. Sob essa ótica, “as afirmações agora não só *dizem* sobre o mundo como *fazem* algo. Não descrevem a ação, praticam-na” (OTTONI: 1998, p. 37). O professor de português deverá cuidar da sua aula, não apenas referentemente ao conteúdo a ser ministrado, mas também no tocante ao que ele faz em aula e considerar promessas, pedidos, repreensões, explicações como posturas lingüísticas que ele assume e que o aluno apreende como referência na aprendizagem. Todo e qualquer sujeito falante, quando se compromete a usar o discurso (em sua modalidade de texto oral, escrito ou de outra natureza), já sabe que esse compromisso exigirá dele a realização de algumas ações práticas (determinadas por regras e normas sócio-culturais) e que elas se realizarão, com resultados ou sem resultados, sem que ele tenha muito poder sobre as conseqüências. Se um falante afirma a outro que fará uma faxina em casa na manhã do sábado e com isso pretende dizer que não pode receber visitas nesse horário, para o outro essa interdição é suficiente, mesmo que a faxina não seja feita. Imaginem a situação de um curso, cujo professor informasse aos alunos que realizaria uma avaliação e não cumprisse esse compromisso; podemos afirmar que tudo quanto o professor diz em sala de aula ele faz, mesmo que não cumpra o compromisso.

b) O discurso como efeitos de sentido.

O discurso, no entanto, não é apenas ação, ele também se caracteriza pelos diferentes sentidos que cada falante atribui a uma palavra, a um enunciado, a um texto, formando assim um feixe desordenado de valores, que incidem sobre as determinações culturais, lingüísticas e subjetivas. Desse modo, efeitos de sentido são as coerções da formação imaginária, subdividida em formação ideológica e formação discursiva, e o trabalho mais ou menos consciente do sujeito sobre o sentido da língua.

Para definir o que é lugar, Pêcheux (in GADET, F. et HAK, T., 1990) cita o discurso de um deputado na câmara: “Esse discurso pertence a um sistema de normas nem puramente individuais nem globalmente universais, mas que derivam da estrutura de uma ideologia política, correspondendo , pois, a um certo **lugar** no interior de uma formação social dada”. Entretanto, essa colocação do sujeito numa posição social implica, segundo Pêcheux, “que o orador experimente de certa maneira o lugar de ouvinte a partir de seu próprio lugar de orador: sua habilidade de imaginar, de preceder o ouvinte é, às vezes, decisiva se ele sabe prever, em tempo hábil, onde este ouvinte o espera. Esta antecipação do que o outro vai pensar parece constitutiva de qualquer discurso, já que o ouvinte, ou o auditório, pode bloquear o discurso ou, ao contrário, apoiá-lo por meio de intervenções diretas ou indiretas, verbais ou não-verbais.” Torna-se necessário pensarmos esses lugares como um jogo de imagens entre os interlocutores do discurso, na medida em que este é definido como efeito de sentidos entre sujeitos, o que levou Pêcheux a pensar que “o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro.” Estabelece-se assim uma relação, em qualquer grupo social, entre a efetiva situação que o indivíduo ocupa na sociedade e as representações imaginárias que o sujeito tem do lugar que ele ocupa naquele grupo social determinado, caracterizando-se o que Althusser define como a interpelação do indivíduo em sujeito pela sociedade (ideologia, família, religião, polícia, etc.).

Essas “condições de produção” de realização do discurso pelo sujeito se materializam, ou seja, se tornam mais perceptíveis para esse mesmo sujeito, quando este se filia a determinadas formações discursivas e ideológicas, isso porque, segundo palavras de ORLANDI (1999), “o sentido não existe em si mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas. As palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam”. Esses efeitos de sentido são possíveis porque existe um sujeito que trabalha com a língua e sobre a língua. É dessa relação entre língua e discurso que trata POSSENTI (1988), para quem a língua e o discurso são realidades constitutivas, na medida em que o locutor realiza uma atividade com a língua e sobre a língua, o que caracteriza o locutor como sujeito no discurso. Para esse autor, a língua é trabalho de uma coletividade, mas também atividade individual de um locutor. Duas características (mas não apenas estas) transformam a língua em discurso: a indeterminação da sintaxe e da semântica e a caracterização pragmática dos elementos dêiticos. Especificamos “não apenas estas”, porque, segundo o autor, “os falantes sabem avaliar o valor dos recursos expressivos alternativos que uma língua lhes coloca à disposição. É em sua escolha que eles se individualizam num discurso irrepetível e único, interpretável segundo parâmetros que levam em conta regras semânticas, sim, mas também os valores atribuídos às formas mesmas, em sua materialidade” (op. cit., p.64). Essa relação língua e discurso é tratada por PÊCHEUX (1988, p.91) nos seguintes termos: “a língua se apresenta como a *base* comum de *processos* discursivos diferentes. O sistema lingüístico (estruturas fonológicas, morfológicas e sintáticas) é dotado de uma *autonomia relativa* que o submete a leis internas, as quais constituem, precisamente, o objeto da Lingüística. É, pois, *sobre a base dessas leis internas que se desenvolvem os processos discursivos.*” Por esse recorte, podemos fazer duas leituras, o discurso surge em simultaneidade com as leis internas da língua e, conseqüentemente, essas leis incluem, além daquelas estruturas acima citadas, os efeitos de sentido próprios a cada uma delas, o que transforma esses efeitos de sentido em

objeto de uma semântica da língua e/ou do discurso. Poderíamos afirmar que língua e discurso podem ser caracterizadas, não como entidades distintas, mas como uma mesma moeda de faces distintas. A enunciação é quem vai enfatizar uma ou outras dessas faces.

Ao estudar as relações entre a língua e o discurso, AUTHIER-REVUZ (1998) assume que a passagem do sistema para a fala é o abandono de “um domínio homogêneo, fechado, onde a descrição é da ordem do **repetível**, do UM, para um campo duplamente marcado pelo NÃO-UM, pela **heterogeneidade teórica** que o atravessa, a língua articulando-se ao sujeito e “ao mundo”, e pelo caráter **não-repetível** da compreensão que dele se pode ter, inevitavelmente afetada pela subjetividade e pela incompletude” (op. cit., p.166, grifos do autor). Nesse sentido, o discurso é afetado por três esferas: a sistematicidade lingüística, com a sua ordem própria e sua, por assim dizer, “estabilidade”, a compreensão, do nível enunciativo-textual, que o sujeito falante tem do que seja sua língua e de como usá-la adequadamente e as interpretações, do nível discursivo, em suas diferentes instâncias (cultural, política, econômica etc.), que transforma a ordem da língua em espaços de ambigüidades, deslizamentos, sentidos outros, equívocos. Nesse percurso, o sentido passa do espaço central para as margens do texto.

Acompanhando essa linha de pensamento, ORLANDI (1996) concebe a língua, numa ótica discursiva, clivada sob duas instâncias: aquela da *organização*, onde ela é regra, sistema empírico, função e aquela da *ordem*, onde ela é discurso, equívoco, falha, interpretação, funcionamento, significante material e histórico. Nesse sentido, a língua corresponde a uma materialidade histórica, através da intervenção da história nos significados de sua estrutura (morfológica, sintática, semântica); a língua se constitui materialmente pelo inconsciente, a ideologia e a história por uma prática significativa e o efeito da relação do sujeito com a língua e a história. A língua é uma *estrutura* (sistema) que passa a funcionar na ordem do discurso como um trabalho simbólico de *estruturação*. Segundo as palavras da autora: “a ordem significante é capaz de equívoco, de deslize, de falha, sem perder seu caráter de unidade, de totalidade” (op. cit., p.48).

Por essa ótica, podemos afirmar que não sentidos pré-existentes, o que pode afetar diretamente as atividades de leitura e os exercícios de interpretação sugeridos pelo professor de português, porque “os enunciados da língua podem sempre escapar à organização da língua, ao trabalho da razão e da lógica sobre a linguagem. É neste espaço que se localizam os ‘furos’ e as ‘faltas’ que são estruturantes e próprios à ordem da língua. É o lugar enfim da *incompletude* da linguagem, onde tudo e tanto acontece...”(FERREIRA: 2000, p.24, grifos do autor).

c) O discurso como acontecimento.

Foucault, após criticar aquelas leituras interpretativas, que procuram a origem dos sentidos ou os sentidos ocultos, decide estudar ou refletir sobre a irrupção dos discursos e denomina esse tipo de pesquisa como *descrição dos acontecimentos discursivos*. Ora, esclarecendo o nosso percurso, recordamos que inicialmente pensamos o discurso como uma ação que realizamos ao falar/escrever/ler/escutar e que produz certos efeitos de sentido, numa operação sobre a língua: essa ação ou prática discursiva e seus efeitos de sentidos surgem como um acontecimento discursivo, definido por FOUCAULT (1995, p.30) como “constituído pelo conjunto de todos os enunciados efetivos (quer tenham sido falados ou escritos), em sua dispersão de acontecimentos e na instância própria de cada um (...) uma população de acontecimentos no espaço do discurso em geral.” Esses acontecimentos discursivos são todas as realizações lingüísticas finitas, mesmo que a

memória humana não a compreenda totalmente, a questão a ser feita é como, entre esses discursos, surgiu um determinado enunciado e não outro? O discurso, portanto, deve ser analisado sob três prismas: sua singularidade, suas condições de existência e suas correlações com outros discursos. O enunciado discursivo é um acontecimento que foge ao domínio da língua (enquanto sistema) e do sentido (enquanto interpretação acabada). É essa força como acontecimento singular que conduz Foucault a afirmar: “fazer aparecer, em sua pureza, o espaço em que se desenvolvem os acontecimentos discursivos não é tentar restabelecê-lo em um isolamento que nada poderia superar; não é fecha-lo em si mesmo; é tornar-se livre para descrever, nele e fora dele, jogo de relações (...) a análise de sua coexistência, de sua sucessão, de seu funcionamento mútuo, de sua determinação recíproca, de sua transformação independente ou correlativa” (op. cit., p.33). Não nos interessa apenas analisar o que o discurso faz com os sujeitos, como estes operam a língua na constituição de efeitos de sentido, mas também como esses discursos acontecem, em que lugar, sob que condições e com quais outros discursos ele se relaciona. Há um certo momento, mesmo em situações cotidianas, em que nos perguntamos por que dissemos isso e não outra coisa? Esse é o momento em que surge o discurso como acontecimento.

Esses discursos, no entanto, não acontecem livre de coerções; em toda sociedade, o discurso sofre algumas coerções, seja por “procedimentos de exclusão”, como a interdição (o sujeito é proibido de dizer o que quer), a separação ou rejeição (o sujeito é classificado de louco por dizer certas coisas) e uma vontade de verdade (o sujeito é submetido a uma certa maneira de compreender e interpretar o mundo); seja por “procedimento de controle e de delimitação do discurso”, como o comentário (há quem diga pelo sujeito o que ele deve dizer), o princípio de autoria (aquele que organiza o que o sujeito diz), o princípio da disciplina (classificações do que o sujeito diz); finalmente, todo discurso deve obedecer a certas condições de funcionamento, constituídas de um conjunto de regras, que diz mais ou menos algo como: “ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo”(FOUCAULT: 1996, p.37). Segundo o autor, uma das maneiras de questionarmos todo esse conjunto de coerções ao discurso será “restituir ao discurso seu caráter de acontecimento” (op. cit., p.51).

Em Lingüística, especificamente Análise de Discurso (AD), essa propriedade de acontecimento dos discursos é estudada em termos de enunciação. Segundo GUILHAUMOU et MALDIDIER (1989, p.64-65), a enunciação entra nos estudos do discurso sob a categoria da contradição e do acontecimento, o que os leva, seguindo uma leitura de Marandín, a afirmar que “a descrição do deslocamento dos sujeitos, de sua passagem de um lugar enunciativo para outro, identifica-se à descrição de uma série de acontecimentos discursivos”. PÊCHEUX (1990) compreende que a presença do Outro no discurso provoca uma crise em dois níveis, no fechamento do que seja discurso e nas fronteiras da formação discursiva, razão porque o *corpus* se desloca do “um” para o múltiplo, caracterizando o objeto da AD como um trabalho de interrogação-negação-desconstrução para a construção de objetos discursivos ou acontecimentos, que são pontos de vista e lugares enunciativos no fio intradiscursivo. Sob essa ótica, o discurso não existe como um espaço fechado, mas um acontecimento em que a fala do EU esfacela-se em contato com outros sentidos e outras falas. Essa preocupação surge em PÊCHEUX (1990) em suas preocupações com o acontecimento, definido como uma conjunção do contexto de atualidade e do espaço de memória reorganizado. Segundo este autor, o estatuto da discursividade em acontecimento entrecruza proposições logicamente estáveis e formulações equívocas, o que leva o lingüista a passar de uma descrição de espaços

discursivos, constituídos por um conjunto de proposições logicamente estáveis, para um espaço de necessidade equívoca, onde todos os sentidos são possíveis. Saímos do campo da descrição para o campo da interpretação, o que pressupõe algumas exigências: a convocação de um tipo de real estranho à univocidade lógica e um saber que não se transmite, não se aprende, não se ensina, mas continua produzindo efeitos; estabelecer relações entre o que é dito e o que não é dito, ou é dito de outro modo, para entender o não-dito no interior do dito; trazer para a análise as práticas cotidianas do sentido; abordar o real da língua através do papel do equívoco, da elipse, da falta, vistos como fatos estruturais implicados pela ordem do simbólico. A língua é recoberta discursivamente de duas maneiras, ou normativizada em regras pré-estabelecidas, ou um lugar indefinido de interpretações, não domesticado por regras. Nesse último caso, em que a língua serve de sustentação para os acontecimentos discursivos, toda seqüência linguística é invadida por um discurso-outro que desestrutura e reestrutura os sentidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- AUTHIER-REVUZ, Jaqueline. **Palavras incertas: as não-coincidências do dizer**. Campinas: Edunicamp, 1998.
- ORLANDI, E. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 1999.
- ORLANDI, E. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Petrópolis: Vozes, 1996.
- FERREIRA, Maria Cristina L. **Da ambigüidade ao equívoco: a resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2000.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- GADET, F. et HAK, T. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Edunicamp, 1990.
- GUILHAUMAU, J. et MALDIDIER, D. *Da enunciação ao acontecimento discursivo em análise de discurso* In **História e sentido na linguagem**. Campinas: Pontes, 1989.
- OTTONI, Paulo. **Visão performativa da linguagem**. Campinas: Edunicamp, 1998.
- PÊCHEUX, Michel. *A análise de discurso: três épocas (1983)* In GADET, F. et HAK, T. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Edunicamp, 1990.
- PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Edunicamp, 1988.
- PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas: Pontes, 1990.
- POSSENTI, Sírio. **Discurso, estilo e subjetividade**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- POSSENTI, Sírio. *O discurso não é uma camada* In RODRIGUES, Ângela et alii (org.) **I Seminário de filologia e língua portuguesa**. São Paulo: Humanitas/FFCLH/USP, 1999.
- SOUZA FILHO, Danilo Marcondes. *Apresentação: a filosofia da linguagem de J. L. Austin* In AUSTIN, John Langshaw. **Quando dizer é fazer: palavras e ação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.